

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Palmas-TO

Data: 19/08/2025

Local da realização da atividade:

Relator (es): Gabriela Pontes Monteiro, Cleomar Andrade de Moraes e Danilo Curado

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:
snpc@iphan.gov.br

Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada	
Desafios	Oportunidades
Dificuldade de acessar informações para compreender quais agentes de patrimônio atuam nos territórios	Disponibilização e divulgação dos mapeamentos realizados e indicadores do patrimônio cultural
Pouco acesso e pouco conhecimento sobre o nosso patrimônio cultural, faltando senso crítico sobre o patrimônio, comprometendo a valorização dos bens culturais	Ampliar o mapeamento e a disseminação do conhecimento local
Falta de clareza sobre a responsabilidade de um bem material edificado protegido	Estabelecer divisão de atribuições mais claras entre os entes federados sobre a responsabilidade da proteção de bens
Necessidade de estímulos e ações de valorização cultural, para a proteção de bens culturais	Garantir aperfeiçoamento contínuo de detentores, gestores e profissionais de forma acessível e equânime
Baixa participação de agentes municipais de cultura, sociedade civil, profissionais e detentores nos espaços de construção coletiva e qualificação sobre patrimônio cultural	Promover, fortalecer, ampliar e divulgar as parcerias entre instituições de ensino, órgãos de preservação patrimonial e prefeituras municipais, proporcionando assistência e consultoria técnica, corroborando com as ações de identificação, mapeamento, etc.
Falta de investimentos do poder público para a adequada conservação e restauração de bens tombados	Criação de políticas públicas voltadas para o financiamento de obras de conservação, atuando em rede com os municípios e estados
Necessidade de políticas de educação patrimonial para estimular a valorização da preservação do patrimônio cultural	Publicizar, divulgar e garantir a transparência e o livre acesso aos estudos, mapeamentos, inventários e demais levantamentos e listagens de bens

	protegidos pelos Órgãos de proteção patrimonial, principalmente pelo Iphan
Necessidade de salvaguarda e divulgação do patrimônio imaterial (cantigas, saberes..) para a população local e promover o sentimento de pertencimento para as novas gerações	Promover políticas em parceria com o setor da educação, garantindo a inclusão da educação cultural e patrimonial no currículo escolar desde o ensino básico, ampliando a rede de atuação de forma transversal a outros segmentos, a partir da criação de leis específicas
Necessidade de divulgação dos procedimentos necessários para os pedidos de reconhecimento de bens culturais. De forma que facilite ao cidadão a solicitação da identificação dos bens regionais como patrimônio	Garantir a instituição de diretorias, coordenações, e demais órgãos nas esferas municipais para a criação e implementação das políticas de patrimônio cultural, possibilitando o acesso e a democratização do segmento
Morosidade nos processos de identificação e registro por parte do Iphan e demais órgãos de proteção de patrimônio cultural	Propiciar apoio no transporte e deslocamento de gestores municipais da cultura para acessarem as populações rurais e tradicionais, de modo a possibilitar a atuação e implementar as políticas nos territórios
Fundos insuficientes para a estruturação e manutenção das secretarias municipais de cultura	Proporcionar assistência técnica à municípios para a criação de leis de proteção de patrimônio, bem como para estruturar suas secretarias
A salvaguarda da cultura exige uma atuação integrada de todas as esferas. Para registrar bens imateriais e garantir a equidade e acessibilidade da população, os municípios devem criar secretarias dedicadas a atender as comunidades locais	Promover a capacitação de prefeitos municipais para o conhecimento sobre cultura e patrimônio cultural, de maneira setorizada no caso de Estados com extenso território, com o Tocantins, garantindo a ampla participação e a efetividade da ação
Falta de leis de tombamento e de proteção patrimonial municipais	Criação de leis que indiquem a obrigatoriedade de criação e manutenção de museus nos municípios, em articulação com o IBRAM
Escassez de museus e espaços de memória para garantir o conhecimento	Incluir por extenso em textos de legislações e aparatos infra-legais relacionados ao patrimônio cultural e ao Sistema Nacional de Patrimônio Cultural

da história local para a formação de cidadãos que valorizem sua cultura	todos os segmentos sociais, incluindo as comunidades negras, periféricas, comunidades e povos tradicionais, povos de terreiro, povos indígenas, populações LGBTQIAPN+, mulheres, pessoas com deficiência, povos ciganos e demais grupos que não são visibilizados pela narrativa hegemônica sobre Patrimônio
Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização	
Desafios	Oportunidades
Burocracia para garantir direitos e acesso à políticas públicas de grupos detentores, como o povo de terreiro	Participação ativa de grupos detentores em instâncias representativas de participação social como conselhos, fóruns e coletivos
Perda dos conhecimentos e saberes no estado, falta de registro oral desses saberes. Necessidade de educação patrimonial para o estímulo de novos detentores	Realizar registro dos saberes tradicionais disseminados pela oralidade para possibilitar a continuidade dos conhecimentos populares do Tocantins, como rezas e benzimentos
Necessidade de garantir o acesso aos direitos e capacitações dos detentores e populações mais afastadas, com baixo conhecimento tecnológico.	Formatar eventos de capacitação e qualificação de modo a facilitar o acesso de grupos vulnerabilizados
Necessidade de publicização dos patrimônios culturais mapeados por estudos	Maior transparência ao acesso a instrumentos de patrimonialização de bens (cadastro, registro, etc.) a partir de iniciativa popular e associações
Necessidade de inclusão das minorias nos atos normativos que regulamentam a proteção e o fomento do patrimônio cultural	Garantir a equidade nas ações de reconhecimento e registro do patrimônio cultural imaterial, alcançando todos os segmentos sociais
Instrumentos de controle e prestação de contas demasiadamente burocráticos que inviabilizam a implementação de ações de incentivo à cultura preservação do patrimônio a grupos sociais vulnerabilizados	Incluir por extenso em textos de legislações e aparatos infra-legais relacionados ao patrimônio cultural e ao Sistema Nacional de Patrimônio Cultural os “espaço de comunidades tradicionais e povos de terreiro” e “pastoral afro-brasileira da igreja católica (CNBB)”

Eixo 3 - Fazendo a roda do patrimônio girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade	
Desafios	Oportunidades
Falta de integração das ações entre as instituições, gerando perda de recursos disponíveis para o fomento do patrimônio cultural	Implementar articulação interinstitucional e intersetorial para fomentar ações no segmento do turismo, como rotas turísticas, para incrementar a economia criativa e possibilitar que municípios entrem no mapa do turismo (MTUR).
Limitação do alcance do reconhecimento oficial do patrimônio cultural, como por exemplo de povos e comunidades tradicionais e os povos de terreiros de matriz africana, que ficam impedidos de acessar políticas de investimento, financiamento, difusão e fomento	Normatizar para implementar ferramentas de reconhecimento nos casos de autodeclaração instituídos e ampliar o alcance das políticas culturais aos povos e comunidades tradicionais e também aos povos de terreiros de matriz africana (Decreto nº 12.278/2024)
Dificuldade na elaboração de projetos para participar de editais e falta de letramento digital, facilitando que empresas de assessoria aproveitem oportunidades para lucrar sobre os detentores	Abrir canal de diálogo entre Comunidades Tradicionais de Terreiros, Fundação Palmares e IPHAN no sentido de reconhecimento dos Terreiros e o seu “Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade”.
Os editais precisam de comunicação mais facilitada, didática	Implementar políticas de fomento para criação de centros de referências culturais, espaços de memória e museus em articulação com o IBRAM visando a valorização e difusão do patrimônio cultural
Carência de museus e espaços de memória e centros de referências culturais nos municípios	Articulação dos órgãos de preservação do patrimônio, e gestões municipais com as instituições de ensino e demais instituições que atuam na área, para ofertar consultoria aos artesãos na cadeia produtiva, com ênfase na precificação e comercialização de produtos
Falta de capacitação técnica de quem avalia projetos inscritos em editais de fomento (Lei Aldir Blanc), ou avaliadores	Criação de espaços para comercialização de artesanatos e demais produtos - físicos e virtuais - para fortalecer e dar sustentabilidade cultural.

com excessos academicistas (deslocados da realidade local)	
Excesso de burocracia para a prestação de contas de projetos culturais via editais de fomento	Capacitação de povos e comunidades tradicionais para qualificar o acesso à editais de fomento cultural de forma direta, dispensando a necessidade de contratação de consultorias
Impacto das mudanças climáticas à produção do artesanato regional, por falta de matéria prima disponível	
Falta de espaço para comercialização de artesanato produzido localmente	
Exclusão de bens não patrimonializados das políticas de preservação do patrimônio, o que dificulta a proteção à propriedade intelectual, enfraquecendo as manifestações culturais e deixando as comunidades detentoras desassistidas	
Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática	
Desafios	Oportunidades
Falta de descarte e destinação adequados dos resíduos sólidos em comunidades tradicionais	Formação de jovens em justiça climática, pensando projetos de intervenção em suas comunidades
Dificuldade em produzir construções e artesanatos nas comunidades devido à escassez de matérias primas e outros recursos materiais, frente às mudanças climáticas. Ex: palha, barro para artesanato, e outros.	Mapear materiais necessários à sustentabilidade de fazeres tradicionais, como construção de moradias, produção de artesanato e de produtos medicinais
Falta de continuidade na conservação de bens de valor histórico por mudanças de gestões municipais	Realização de parcerias interinstitucionais sob a perspectiva da proteção e renovação de materiais naturais utilizados nas manifestações culturais
Inexistência de mapeamento das tecnologias sociais para lidar com o contexto da emergência climática	Realizar pactuações interinstitucionais para implantar ações integradas,

	otimizando recursos e esforços, tornando as políticas mais eficientes e assertivas
Necessidade de exigência de projetos arquitetônicos que utilizem soluções de baixo impacto ambiental, principalmente em contextos de entorno de bens tombados	Mapear áreas de risco onde se encontram bens patrimonializados de forma conjunta a outras instituições como defesa civil, prevfogo, corpo de bombeiros e outros, para planejar ações de prevenção
Falta de fomento para a preservação do patrimônio e destinação de recursos frente ao impacto gerado pelas mudanças climáticas	Instrumentalizar legalmente municípios para regulamentar a proteção do patrimônio para garantir a permanência e a sustentabilidade de bens com reconhecido valor pelas comunidades locais
	Mapear detentores de tecnologias sociais para registro, divulgação e reprodução futura, garantindo a sustentabilidade de saberes tradicionais benéficos à preservação do meio ambiente
	Elaborar políticas públicas que melhore o orçamento e os investimentos destinados à proteção do patrimônio cultural, visto que é um dos segmentos mais afetados pela crise climática
	Alinhar a conservação/proteção de sementes e mudas dos diversos biomas à política de “Conhecimento Tradicional Associado ao Patrimônio Genético”.
	Mapear edificações tradicionais quanto aos materiais utilizados, para garantir a manutenção dos conhecimentos associados às técnicas construtivas ancestrais
	Melhorar o planejamento de espaços construídos frente às mudanças climáticas utilizando os saberes tradicionais, uma vez que alguns tipos de construções tradicionais possuem melhor adaptação ao calor extremo do que as edificações contemporâneas

